



2543 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 18 - Gênero, Sexualidade e Educação

A "Ideologia de Gênero", a Aliança Conservadora e o Trabalho Docente Feminino: reverberações do conservadorismo na educação brasileira
Bruna Dalmazo Junqueira - PPGEDU/UFRGS

Resumo: O presente artigo discute as origens da narrativa conservadora da "ideologia de gênero", criada pelo Vaticano na década de 1990 como reação aos avanços do movimento e dos estudos feministas na sociedade global, e que tem se popularizado, criando identificação popular e sido mobilizada por grupos religiosos, conservadores e representantes parlamentares no Brasil. A partir da teorização de Michael Apple (2003) acerca do que chama de aliança conservadora – uma coalizão formada por neoliberais, neoconservadores, populistas autoritários e parte da nova classe média para instaurar reformas educacionais – faz-se uma análise dos interesses dos grupos envolvidos na disseminação dessa narrativa no contexto educacional brasileiro. Por fim, discute-se os impactos das iniciativas políticas resultantes do discurso da "ideologia de gênero" e da visão de mundo por elas carregada sobre o trabalho docente de professoras mulheres, sujeitos que constituem a maioria absoluta do corpo docente da educação básica brasileira - uma categoria historicamente afetada pela divisão sexual do trabalho e padrões sociais sexistas.

Palavras-chave: Gênero. "Ideologia de Gênero". Trabalho Docente Feminino. Conservadorismo na Educação.

A "Ideologia de Gênero", a Aliança Conservadora e o Trabalho Docente Feminino: reverberações do conservadorismo na educação brasileira

Acompanhando um fenômeno social global que vem se delineando nas últimas décadas, o contexto político brasileiro tem sido lugar de avanço de forças conservadoras em seus mais diversos âmbitos. Com a formação, nas eleições gerais de 2014, do congresso mais conservador eleito desde a redemocratização do país na década de 1980, observa-se hoje a legislatura nacional ser conduzida por figuras políticas eleitas apesar de (ou em função de) discursos racistas, homofóbicos e contrários ao aborto. Como histórico espaço de disputa que é, um dos campos que mais recebe atenção e vivencia as consequências disso é a educação – e é sobre tal impacto que me proponho a discutir.

A discussão aqui proposta tem por intuito a análise de um fenômeno social contemporâneo que toma lugar na realidade educacional brasileira. A partir da literatura que documenta o surgimento da narrativa conservadora da "ideologia de gênero" na década de 1990, busco popularizar a origem e as intenções empenhadas na criação de uma expressão que hoje tem status de conceito (como sinônimo dos Estudos ou Teoria de Gênero) e representatividade parlamentar no país (MIGUEL, 2016). Em seguida, através das ferramentas teóricas de Michael Apple (2003), estabeleço uma análise dos grupos interessados e envolvidos no emprego dessa narrativa no contexto educacional brasileiro, como iniciativas de interrupção dos avanços feministas, progressistas e democráticos nesse campo social. Por fim, busco sinalizar os impactos que tal fenômeno tem e ainda pode ter sobre o trabalho docente de professoras mulheres, sujeitos que historicamente são afetados negativamente por uma visão de mundo sexista e que constituem a maioria absoluta do corpo docente sobre cujo trabalho se legisla quando de quaisquer alterações na política educacional nacional.

"Ideologia de Gênero": a construção e a apropriação de uma narrativa na educação brasileira

As décadas de 1980 e 1990 se caracterizaram, no mundo ocidental, por radicais mudanças motivadas pelo avanço de movimentos sociais e políticas públicas alinhadas aos direitos humanos. Os movimentos feministas e de mulheres, especificamente, tiveram ampla repercussão graças a inúmeras manifestações e articulações por conscientização popular acerca das desigualdades e violências baseadas no gênero. Em complementaridade a um movimento teórico, datado da década de 1970, que colocava na categoria de "gênero" uma nova chave de interpretação e combate às desigualdades sociais historicamente construídas, movimentos feministas e de mulheres, juntamente com os de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis (LGBTT), conquistaram espaços de debate na sociedade, instaurando definitivamente um novo campo social de disputa por direitos igualitários (MEYER, 2004; LOURO, 1997).

O que para muitas e muitos significava expressivo avanço no sentido da construção de uma sociedade mais justa e democrática foi recebido por grupos religiosos e conservadores como uma ameaça. A identificação popular com as demandas expressas por movimentos sociais e as conquistas institucionais delas advindas tinham a potência de desconstruir compreensões hierárquicas e preconceituosas da sociedade sobre as quais instituições como a Igreja Católica historicamente se baseavam e baseiam. Assim, quando o empoderamento feminino, os direitos à saúde da mulher, o controle reprodutivo e a equidade de gênero tornaram-se pauta central de conferências internacionais organizadas nos anos 1990 pelas Nações Unidas, uma grande e articulada reação pôde ser observada a partir do Vaticano (GARBAGNOLI, 2016; MIGUEL, 2016).

Para Sara Garbagnoli (2016), a categoria de gênero mobilizada pelos estudos feministas e pelos movimentos sociais materializava a ameaça aos valores cristãos que a Igreja Católica já vinha observando, uma vez que suas crenças vinham sendo postas em xeque em um momento histórico de drásticas transformações sociais, políticas e culturais. Segundo a autora,

[...] o Vaticano escolheu [o] 'gênero' como o emblema, a metonímia e a pedra fundamental de teorias que afirmam que masculinidade e feminilidade são construções sociais. [...] De acordo com o Vaticano, essa desconstrução da ordem sexual destrói a ordem social. Na promoção da crença de que uma sexualidade fluida e polimorfa seria a origem da identidade individual, o gênero levaria à 'autodestruição da humanidade'. (GARBAGNOLI, 2016, p. 189, *tradução minha*).

A essa compreensão, seguiu-se então, uma articulação de parte da hierarquia da Igreja Católica com o propósito de resgatar seus e suas fiéis através de uma construção retórica capaz de restaurar suas tradições em uma sociedade que nelas provocava fissuras. Em 1995, então, pouco antes da realização da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, o Papa João Paulo II invitava suas fiéis a envolver-se na criação daquilo

que chamou de um “novo feminismo”, que respeitasse o determinismo biológico, em que mulheres e homens teriam lugares sociais diferentes e supostamente complementares (GARBAGNOLI, 2016). Segundo Luis Felipe Miguel (2016), a convocatória do Vaticano se constituía em uma adaptação de seu discurso, em que ao invés da aversão à mulher – como em grande parte de sua história –, exaltava-se seus papéis tradicionais. Assim, construía-se o entendimento de que “A igualdade pretendida pelo feminismo representaria um rebaixamento da mulher, a perda de sua ‘dignidade extraordinária’ na condição de ‘especialista do amor’.” (p. 598).

Ao reafirmar a existência de uma hierarquia sexual e social, através do discurso de um “novo feminismo” cristão, o Vaticano, então, “renaturalizava” o conceito de gênero ao adequá-lo e torná-lo admissível em uma compreensão biologicamente determinista. O gênero masculino e o gênero feminino seriam os equivalentes ao sexo masculino e o sexo feminino. Para além disso, Garbagnoli (2016, p. 191, *tradução* minha) aponta que, nesse momento, a Igreja Católica construía “[...] um novo dispositivo retórico para se opor ao gênero usado como uma categoria analítica desnaturalizadora e, mais amplamente, para deslegitimar análises e reivindicações [...]” dela advindas.

Enunciada como sinônimo dos Estudos (ou da Teoria) de Gênero e formalizada através do discurso de consultores e especialistas eleitos pelo Conselho Pontifício entre docentes de universidades católicas, surgia então a expressão “ideologia de gênero”. Consolidava-se ali a narrativa de um “inimigo comum” a ser combatido por agentes religiosos e não religiosos com o intuito de subverter o conceito feminista de gênero e interditar o debate e a institucionalização de demandas de movimentos de mulheres, feministas e LGBTT (GARBAGNOLI, 2016; MIGUEL, 2016).

É na dicotomia entre gênero e “antigênero” instaurada pelos termos do Vaticano que a narrativa da “ideologia de gênero” se populariza e passa a ser mobilizada em distintos contextos sociais do globo. No Brasil, é a partir de 2010 que ela se difunde nos âmbitos político e popular. Conforme Miguel (2016), embora a preocupação com a igualdade de gênero tenha se tornado pauta transversal nas políticas governamentais, é com a sua inclusão nas políticas educacionais que grupos religiosos e conservadores preocupam-se primordialmente. Assim, a partir dos trâmites para a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2010, que originalmente previa a superação de desigualdades de gênero em suas diretrizes, é que se pode observar a formação de uma aliança “antigênero” no contexto político nacional.

O texto original do PNE, proposto por Angelo Vanhoni, do Partido dos Trabalhadores (PT), enfocava a “[...] a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual.” (ALESSANDRA, 2014, *documento eletrônico*). De acordo com Rosado-Nunes (2015) e Miguel (2016), diferentes agentes políticos e não políticos articularam-se a partir da alarmista narrativa da “ideologia de gênero” para que tal trecho fosse alterado, ou mesmo omitido. A argumentação mobilizada por “[...] membros da bancada evangélica, entusiastas da ditadura militar, defensores da pena de morte e da ‘cura gay’, ideólogos do liberalismo e da privatização.” (RIBEIRO, 2016, p. 5) manifestava a preocupação com uma suposta “contaminação” da educação de crianças e adolescentes, em que esses estariam vulneráveis a educadores/as interessados/as em subverter os valores e ideais de suas famílias. Em uma disputa polarizada – embora não dicotômica, uma vez que se leve em conta a natureza matizada e contraditória da sociedade –, desde o outro extremo manifestavam-se milhares de educadoras e educadores, intelectuais, jornalistas, ativistas de movimentos sociais e grupos militantes feministas e LGBTT (ALESSANDRA, 2014; RIBEIRO, 2016; ROSADO-NUNES, 2015) a favor da versão original do texto.

Em 2014, após aproximadamente três mil emendas acrescentadas na Câmara dos Deputados, uma passagem pelo Senado e um encaminhamento à Comissão Especial da Câmara, o PNE foi sancionado sem vetos pela então Presidenta da República, Dilma Rousseff. Com metas e diretrizes definidas para a educação nacional até o ano de 2024, o Plano em seu texto final apresenta uma genérica diretriz, que prevê a “[...] superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação [...]” (BRASIL, 2014, *documento eletrônico*). A interdição das temáticas de gênero e sexualidade no PNE, incitada por grupos conservadores e religiosos, foi bem sucedida e sua articulação política amplificou a discussão, incorrendo no banimento do tema também em diversos planos estaduais e municipais de educação (MIGUEL, 2016; ROSADO-NUNES, 2015).

À época da sanção do Plano Nacional de Educação, um movimento conservador até então pouco popular passou a ganhar repercussão e adesão através da narrativa da “ideologia de gênero”. Originalmente preocupado com a “contaminação político-ideológica” de alunas e alunos das escolas brasileiras, o Movimento Escola Sem Partido (MESP) expandiu-se nacionalmente. Conforme apresenta Miguel (2016), ao adicionar uma pauta de caráter moral à preocupação original com uma suposta “doutrinação marxista” dos estudantes, o MESP passa a fazer-se ouvido.

A reivindicação é impedir que professoras e professores transmitam, em sala de aula, qualquer conteúdo que seja contrário aos valores prezados pelos pais. O foco principal é a “ideologia de gênero”, mas a regra contempla também as posições políticas sobre outras questões e mesmo a teoria da evolução das espécies ou o heliocentrismo. (MIGUEL, 2016, p. 601).

Entre o fim de 2014 e 2015, então, inicia-se um debate político e popular no Brasil acerca da hierarquia entre família e escola. A pauta defendida pelo MESP difundiu-se rapidamente, com acolhimento popular, motivando campanhas que incitavam famílias a notificarem extrajudicialmente as escolas acerca da prevalência de seus valores na educação de seus filhos (MIGUEL, 2016).

A expansão definitiva do combate à “ideologia de gênero” no cenário brasileiro, entretanto, se dá a partir da criação de anteprojetos de leis municipais, estaduais e federal que dispõem sobre a institucionalização das demandas do MESP. No que concerne às temáticas de gênero, sexualidade e diversidade, os textos dos projetos todos se assemelham ao excerto transcrito abaixo, parte do projeto de lei 193/2016 do Senado Federal, que propõe a inclusão do programa do MESP nas diretrizes e bases da educação nacional.

[...] o poder público não se imiscuirá na orientação sexual dos alunos nem permitirá que qualquer prática capaz de comprometer, precipitar ou direcionar o natural amadurecimento e desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero. (BRASIL, 2016, p. 1).

Desde então, diversos deputados encaminham propostas para câmaras estaduais com o programa do MESP no Brasil, tendo sido inclusive uma lei aprovada no estado de Alagoas^[1] (AMORIM, 2016). Observar tais fatos força-nos a refletir sobre o alcance da narrativa da “ideologia de gênero” na sociedade brasileira e os impactos das conquistas concretas que essa tem viabilizado. Para além de um discurso que tem sido considerado acertado, causando identificação e mobilização de parte da população, a retórica “antigênero” tem tido o efeito de influenciar e regular políticas educacionais que, dentre muitos efeitos, podem interferir na liberdade de cátedra e na autonomia docente.

Antes de adentrar a discussão acerca da repercussão dessa construção narrativa sobre o trabalho docente feminino, entretanto, detenho-me na identificação dos interesses de quais grupos são mobilizados na propagação do discurso da “ideologia de gênero”. Falo aqui, conforme teoriza Michael Apple (2002; 2003), da contraditória articulação entre grupos preocupados com a restauração de determinados ideais conservadores na educação brasileira e, simultaneamente, com sua modernização – a aliança conservadora.

A Aliança Conservadora e o Guarda-Chuva Ideológico

A partir da teoria gramsciana (2006) que compreende a sociedade como uma complexa e contraditória trama, em que distintas ideologias são mobilizadas e ressignificadas em constantes disputas por hegemonia, Michael Apple (2003) versa sobre o que identifica como uma nova

configuração de blocos hegemônicos – a “nova direita”, ou a aliança conservadora. Descrevendo um fenômeno que identificou na realidade estadunidense, mas estabelecendo paralelos com outros contextos educacionais, Apple (2002) apresenta um ressurgimento da direita na educação, tal qual podemos observar no cenário brasileiro contemporâneo. A especificidade da nova direita consiste não somente na expressiva ascensão de forças conservadoras no que concerne às políticas educacionais, mas na busca por uma “modernização conservadora”.

O jogo de palavras que coloca a contradição como parte constitutiva já em sua nomenclatura espelha o fundamento do argumento trazido por Apple. Organizados em uma aliança sob um “guarda-chuva de ideologias” distintas e, por vezes, contraditórias, os grupos que compõem a nova direita configuram uma coalizão estratégica, que se mobiliza no campo educacional defendendo alguns valores neoconservadores e, simultaneamente, a ideologia neoliberal e sua ambição de modernizar a educação.

Assim, Apple (2003; 2002) apresenta quatro grupos principais que compõem o “guarda-chuva ideológico” da aliança conservadora: *neoliberais*, *neoconservadores*, *populistas autoritários* e parte da *nova classe média profissional*. De forma sucinta, apresento aqui um detalhamento de cada um desses grupos, para fundamentar que o movimento da aliança conservadora teorizado por Apple pode ser identificado – em suas especificidades e diferenças – também no contexto político e educacional do Brasil, especificamente no que concerne ao fenômeno da narrativa da “ideologia de gênero” na educação.

Os neoliberais, juntamente com os neoconservadores, constituem o grupo que dá sustentação à aliança conservadora. Fiéis aos princípios do mercado e da liberdade como escolha individual, os neoliberais compreendem a educação como mais um produto nas relações de consumo. Em função disso, suas propostas para esse campo social centram-se na busca por resultados baseados em mérito, em uma “educação profissionalizante” e diretamente vinculada à economia – inclusive na ideia de submeter as instituições escolares à competição do mercado. Seu entendimento de que um Estado forte significa uma iniciativa antiquada e falida de organizar as sociedades faz com que busquem a *modernização* que compõe parte da agenda da aliança conservadora.

Como o segundo grupo de maior importância da coalizão, tem-se os neoconservadores, que, em oposição aos neoliberais, compreendem um Estado forte como essencial principalmente nas “[...] questões em torno do saber, dos valores e do corpo.” (APPLE, 2003, p. 56). São reconhecidos por uma argumentação que exalta um tempo passado, em que as instituições “de fato funcionavam”, valores morais eram respeitados e o “verdadeiro saber” era valorizado nas escolas. Assim, suas propostas educacionais centram-se na vigilância e padronização dos conhecimentos a serem ensinados, na autonomia regulamentada dos/das docentes e na “[...] revivificação da ‘tradição ocidental’, [do] patriotismo e [de] variantes conservadoras da educação do caráter.” (Ibid., p. 57).

Os chamados populistas autoritários compõem o terceiro grupo da aliança conservadora, compreendido por Apple como a “direita cristã”. Reunidos pelo interesse na manutenção da “autoridade bíblica”, seus agentes têm grande poder de influência em função de seu poder aquisitivo, do grande envolvimento por parte de seus ativistas, das posições retóricas populistas e da agressividade com que se engajam em debates públicos e políticos. Em relação à educação, alinham-se ao ideário neoconservador em busca do resgate dos valores morais (com enfoque central na manutenção da família tradicional e na moral “de Deus”) e ao ideário neoliberal na busca por uma liberdade que lhes garanta a escolha de escolas para educar seus filhos e filhas (com preocupação central de não terem seus valores ameaçados).

Por fim, Apple apresenta-nos parte da nova classe média profissional como o último grupo a compor a nova direita. Segundo o autor, profissionais qualificados e gerentes da emergente classe média compõem o “guarda-chuva ideológico” da aliança conservadora em função de seus processos de mobilidade social. Os indivíduos desse grupo conquistaram a ascensão social – ou assim intentam – e, por essa razão, compreendem ser/conhecer “provas vivas” da eficácia tanto da meritocracia neoliberal como da aplicação de conhecimentos técnicos, especializados e profissionalizantes adquiridos na educação formal. Mais do que isso, o autor denota que “Sua própria mobilidade *depende* da expansão tanto desses conhecimentos especializados quanto das ideologias profissionais de controle, mensuração e eficiência que os acompanham.” (2003, p. 71, *grifo do autor*).

Ainda que breve, compreendo que a apresentação da aliança conservadora aqui oferecida dê conta de ilustrar uma chave de leitura possível para a compreensão sociológica do fenômeno “antifeminista” e “antigênero” que mobiliza a narrativa da “ideologia de gênero” contemporaneamente no Brasil. Além dos grupos religiosos e conservadores já referidos, envolvidos com a criação e a disseminação da narrativa a partir da década de 1990, a literatura recentemente produzida pode auxiliar-nos a identificar outros agentes que ativamente têm contribuído para o avanço dessa iniciativa conservadora na educação brasileira.

Luis Felipe Miguel (2016) aponta três grupos como os principais responsáveis pela popularização nacional do combate à “ideologia de gênero” tanto no meio popular como no político: os “ultraliberais”, norteados pelo ideário neoliberal e respaldados pela grande imprensa brasileira e os *think tanks* da direita; os fundamentalistas religiosos, a chamada “bancada evangélica” no Congresso Nacional, que poderiam ser equivalentes aos populistas autoritários descritos por Apple (2003), em função de suas pautas conservadoras e abordagens agressivas; e os “anticomunistas” que, apesar de sub-representados em comparação aos demais, mobilizam uma retórica alarmista contra uma suposta ameaça comunista na sociedade brasileira.

Conforme Gandin e Hypolito (2003), nas constantes disputas por hegemonia que condicionam a sociedade, diferentes grupos e agentes lançam mão não somente de medidas e iniciativas institucionais para realizar a conquista ou a manutenção do poder. Extrapolando o âmbito político, um aspecto fundamental da luta por hegemonia consiste na disputa pelo senso comum. É na capacidade de conectarem seus discursos ao senso comum (intrinsecamente heterogêneo, contraditório e difuso) e ao bom senso (respostas instintivas do âmagio) das pessoas que os blocos hegemônicos se tornam capazes de naturalizar suas agendas, fazendo-as parecer como a única realidade possível. A partir dessa compreensão, portanto, além de identificar a formação de uma aliança conservadora mobilizada pela narrativa da “ideologia de gênero” no Brasil – seja através de projetos de lei baseados no programa do Movimento Escola Sem Partido, seja na exclusão definitiva do conceito de gênero dos Planos Municipais, Estaduais e Federal de Educação –, é possível também nomear acontecimentos recentes que indicam o êxito dessa aliança em estabelecer identificação entre o senso comum da população e seu discurso.

Como já indicado, a ideia de que a categoria de gênero como desnaturalizadora da ordem sexual e social configuraria uma ameaça a crianças e adolescentes nas escolas popularizou-se rapidamente na última década. Além de mobilizações populares em apoio às iniciativas legislativas da aliança conservadora, inúmeros episódios têm sido registrados por todo o país como manifestações que parecem se apropriar e reproduzir o discurso alarmista e frequentemente agressivo da narrativa da “ideologia de gênero”.

Apenas no último semestre de 2017, quatro graves casos vieram a público através da mídia, exemplificando a identificação popular com o discurso construído e sua potência de interditar discussões ou mesmo de pôr em risco os sujeitos que a elas se propõem. Em um tempo em que as redes potencializam e super-dimensionam reações em velocidade antes inimaginável, relatos de familiares insatisfeitos fizeram-se públicos e amplamente difundidos ao vilanizar e ameaçar uma professora e um professor que supostamente “obrigavam” estudantes a discutir temáticas relacionadas a gênero e sexualidade (MARTÍN, 2017; MATUOKA, 2017). Em outro caso, uma pesquisadora da Universidade Federal da Bahia, responsável pelo debate acerca da divisão sexual do trabalho, registrou ocorrência de ter sido ameaçada de morte em função de sua temática de pesquisa (MARINHO; SANTOS; VIGNÉ, 2017). E, ainda, em visita ao Brasil para participar de um seminário, a filósofa Judith Butler – um dos principais nomes mundiais dos estudos de gênero e *queer* – foi recebida por agressivos manifestantes que, com 300 mil assinaturas em um abaixo-assinado virtual intentaram proibir a realização de sua fala.

Através de tais exemplos, torna-se visível que a construção do discurso da “ideologia de gênero” foi exitosa não somente em se conectar ao senso comum da população brasileira, sendo compreendida como um sinônimo dos Estudos (ou da Teoria) de Gênero, mas que foi capaz de engendrar, tal qual anunciam Miskolci e Campana (2017, p. 725), “[...] um pânico moral e um campo discursivo de ação.”. A infundada associação dos debates sobre desigualdade de gênero e sexualidade à pedofilia denotam um desconhecimento da proposta teórica e dos movimentos sociais e uma irresponsabilidade na veiculação de um discurso acusatório e vexatório. Ao mesmo tempo, entretanto, como já anunciado, um discurso depende da identificação dos sujeitos com aquilo que se anuncia para tornar-se hegemônico – assim, não é surpreendente que mães e pais preocupados saiam às ruas para protestar, uma vez que tenham recebido a informação de que seus filhos e filhas estariam sob ameaça de “doutrinação” e pedofilia. Nesse caso, são sujeitos movidos pelo bom senso, tal como entendido em Gramsci (2006), independentemente de já estarem alinhados ao ideário conservador antes ou não.

A partir dessa compreensão da dimensão da narrativa conservadora da “ideologia de gênero” na sociedade brasileira, portanto, dedico-me agora à discussão dos impactos que tal fenômeno social pode ter e tem sobre o trabalho docente de professoras mulheres. Como anunciado, compreendo que não pode passar despercebida a configuração particular dessa categoria – genericizada e proletarizada – quando se pretende analisar sociologicamente mudanças no campo educacional.

O Impacto da Aliança Conservadora e da Narrativa da “Ideologia de Gênero” sobre o Trabalho Docente Feminino

O último aspecto que o presente artigo se dispõe a analisar diz respeito a um recorte de gênero – entendido aqui como um organizador do social e da cultura (MEYER, 2004) – na análise da problemática que vem sendo discutida. Trata-se da necessária e até então pouco explorada visibilização do impacto que têm e podem ainda ter as iniciativas conservadoras como a narrativa da “ideologia de gênero” sobre o trabalho de professoras mulheres na educação brasileira. Para isso, é relevante que remontemos brevemente o contexto em que se formou essa categoria e as características que a definem social e culturalmente.

Maioria absoluta do corpo docente da educação básica no Brasil^[2], as professoras mulheres configuram um grupo social caracterizado pela contradição. Ao mesmo tempo em que corporificam uma categoria amplamente demarcada pela luta e organização sindical, pela conquista de direitos e pela própria entrada das mulheres no mercado de trabalho formal desde uma perspectiva histórica, as professoras mulheres são ainda frequentemente submetidas a condições de trabalho precarizadas – seja em função de cargas excessivas de trabalho, de sua associação ao cuidado como se essa sua vocação fosse, das condições inadequadas de trabalho, da remuneração injusta, da ausência do devido reconhecimento social, ou mesmo de uma combinação de todos esses aspectos (LOURO, 1997; APPLE, 1996; HYPOLITO, 1997). Trata-se de uma categoria proletarizada e genericizada. Se associadas tais características ao contexto social analisado até este ponto da discussão, torna-se imperativo que nos ponhamos à reflexão a respeito das reverberações possíveis e já existentes do avanço do conservadorismo na educação sobre a prática docente dessas trabalhadoras. Compreendo, em verdade, que o emprego da narrativa da “ideologia de gênero” pela aliança conservadora tem impactos diretos – sejam elas intencionais ou apenas consequentes – sobre o trabalho docente de professoras mulheres, através de cada uma de suas dimensões e grupos componentes.

De forma geral, é fundamental pontuar, a agenda da aliança conservadora para a educação não se limita a interferir e impactar apenas no trabalho docente feminino. Aquilo que desejam os neoconservadores, por exemplo, é o resgate de um tempo em que supostamente havia harmonia social. Contudo, a “harmonia” que buscam, não se pode esquecer, foi garantida historicamente à custa da segregação daquelas e daqueles que desviavam de sua norma (APPLE, 2002). A inclusão e o combate às desigualdades dentro da escola faz com que a cultura se pluralize, popularize e torne mais diverso um espaço que já foi absolutamente excludente.

Voltando-nos especificamente às professoras mulheres, entretanto, reitero a necessidade de tornar visíveis impactos até então pouco examinados. Partindo-se da observação da agenda neoliberal na aliança conservadora, resgato Michael Apple (2003, p. 47) quando afirma que as políticas desse grupo, “[...] embora talvez não tenham sido criadas como um ataque consciente às mulheres, precisam ser interpretadas como parte de uma história mais longa de ataques ao trabalho feminino, pois a vasta maioria de professores [...]” de muitos países é composta por mulheres.

Ao mesmo tempo, sabe-se que, ao longo da história, o trabalho docente foi-se caracterizando pela proletarização – uma gradativa perda de autonomia e aumento de controle externo sobre as atividades profissionais. Segundo Apple (1996), tal característica pode ser interpretada como uma reatualização do controle patriarcal sobre as mulheres, que não mais se sustenta abertamente na sociedade ocidental, mas que, através do ingresso massivo de mulheres no trabalho docente, encontra um caminho de seguir moderando sua autonomia. Essa interpretação ecoa diretamente no que aqui se discute: as investidas “antigênero” da aliança conservadora nas escolas brasileiras não têm apenas o efeito de banir uma temática social urgente na formação da cidadania, mas de interferir, regular e punir o trabalho de professoras que compartilhem dessa preocupação.

A agenda do grupo neoliberal – aqui acompanhado por parte da nova classe média profissional – tem, além disso, o efeito de realizar a manutenção da divisão sexual (e racial) do trabalho. Ao encorajar uma lógica educacional profissionalizante e baseada no mérito individual, a aliança conservadora logra em minar as oportunidades de mobilidade social daquelas e daqueles que mais dependem do Estado e que têm sua força de trabalho explorada em troca de injusta remuneração. Em tempos em que discussões sobre a (des)valorização do trabalho docente e a formação de professoras e professores é ainda pauta central na educação brasileira, não se pode ainda perder de vista o recorte excludente de gênero e raça que se reatualiza através da pauta neoliberal.

Já no que tange à agenda neoconservadora – amplamente apoiada pelos populistas autoritários –, há de se observar as implicações de sua visão de mundo para as mulheres. Como já sinalizado, ao defender a interrupção de políticas educacionais que apontem a superação das desigualdades de gênero como diretriz, o neoconservadorismo busca o resgate e a manutenção de estereótipos e de posições desiguais de gênero e sexualidade na sociedade. Uma vez que se imagine hoje inviável a posição social das professoras exclusivamente como cuidadoras e orientadoras de moral e caráter, tal como já o foram (APPLE, 1996; HYPOLITO, 1997), vê-se no controle da liberdade de cátedra das professoras e na reabilitação da posição “natural” das mulheres uma possibilidade. De forma complementar, o populismo autoritário – permeado pela intolerância com a diversidade, seja ela religiosa, sexual, cultural ou racial – dá conta de (re)categorizar as mulheres “de bem”, demarcando seu espaço de ação a uma distância segura das “más mulheres”.

Assim, compreendo ser justamente a conservação dessas dinâmicas excludentes e discriminatórias o que se produz quando são propostas, por exemplo, medidas proibitivas e punitivas da discussão de gênero nas escolas. E, nesse caso, é sobre o trabalho majoritariamente feminino que se legisla, com o intuito de interditar o avanço de uma forma de ver o mundo feminista, responsável e atenta à desconstrução das desigualdades históricas que permeiam as relações sociais. É, certamente, em resposta às conquistas políticas e sociais de movimentos feministas, de mulheres e LGBTT e ao acolhimento de muitas de suas demandas pela população que a aliança conservadora se mobiliza para regular a educação, incorrendo na tentativa de controle e cerceamento da autonomia no trabalho docente de professoras mulheres.

Considerações Finais

É fato que o artigo aqui apresentado consiste apenas em um recorte e que, apesar de suas limitações, busca levar em consideração que

inúmeros são os grupos sociais afetados em decorrência dos avanços conservadores na sociedade. As populações socialmente vulnerabilizadas por seu distanciamento da norma branca masculina heterossexual são diretamente afetadas quando lutam por igualdade são interrompidas através da legislação – não somente sendo invisibilizadas suas demandas, como suas existências passando a ser renaturalizadas como o “anormal”. Concordo ainda com Lélia Gonzalez (1988), quando afirma que as crises econômicas, políticas, sociais e culturais têm efeitos distintos em distintos setores sociais. Assim, não se pode negligenciar o fato de que o avanço da aliança conservadora na sociedade é recebido de forma diferente e mais intensa para mulheres não privilegiadas por suas posições de raça, classe e sexualidade. Esse consiste em um recorte a ainda ser feito e discutido, no intuito de interromper o avanço conservador que vem sendo observado no contexto educacional brasileiro.

Encerro essa reflexão, entretanto, ressaltando a importância de visibilizar as consequências diretas desse avanço em um trabalho que é majoritariamente feminino e historicamente tramado pela contradição. O movimento feito aqui, inclusive, toma partido nessa disputa, no sentido de enriquecer os argumentos e as defesas de um grupo social que, apesar de proletarizado, genericado e desvalorizado, tem em seu histórico a força das resistências e das conquistas por uma educação que forme cidadãs e cidadãos mais justos e não violentos.

Referências

ALESSANDRA, Karla. Texto-base do Plano Nacional de Educação é aprovado em comissão. In: **Câmara dos Deputados**: Câmara notícias. Brasília, DF: 55ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2rhBX43>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

AMORIM, Marina Alves. O conservadorismo saiu do armário!: a luta contra a ideologia de gênero do Movimento Escola Sem Partido **Revista Ártemis**, V. XXII, n. 1; p. 32-42, jul./ dez., 2016.

APPLE, Michael W. **Conhecimento Oficial: a educação democrática numa era conservadora**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **Educando à Direita**: mercados, padrões, Deus e desigualdade. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2003.

_____. Interromper a direita: realizar trabalho educativo crítico numa época conservadora. **Currículo sem Fronteiras**, v.2, n.1, p.80-98, jan./jun. 2002.

_____. **Trabalho Docente e Textos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <<https://bit.ly/1Lbcl4B>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei do Senado 193/2016. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido". Disponível em: <<https://bit.ly/2bHvgQB>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

DINIS, Nilson Fernandes; PAMPLONA, Renata Silva. "Encontrando Bianca": discursos sobre o corpo-travesti. **Pro-Posições**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 217-236, Aug. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2KAgn2W>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

GANDIN, Luís Armando; HYPOLITO, Álvaro Moreira. Reestruturação educacional como construção social contraditória. In: HYPOLITO, Álvaro Moreira; GANDIN, Luís Armando (Org.). **Educação em Tempos de Incertezas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 59-92.

GARBAGNOLI, Sara. Against the heresy of immanence: Vatican's 'gender' as a new rhetorical device against the denaturalization of the sexual order. **Religion & Gender**, Gente (Bélgica), v. 6, n. 2, p. 187-204, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2laKcZh>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

GOMES, Rodrigo. Ministro do STF decide pela suspensão de lei alagoana baseada no Escola sem Partido. In **Rede Brasil Atual**, 22 mar. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2FF0MeG>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-latino-americano". *Revista Isis Internacional*, vol. IX, 1988.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. **Trabalho Docente, Classe Social e Relações de Gênero**. Campinas: Papirus, 1997.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2017**. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2Ke4QG8>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARINHO, Nilson; SANTOS, Gil; VIGNÉ, Júlia. Professora da Ufba é ameaçada de morte por causa de pesquisa: Mais dois professores foram coagidos; mestranda foi intimidada. **Correio: o que a Bahia quer saber**. Salvador. 21 nov. 2017. Disponível em: <<https://glo.bo/2wb3IAI>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

MARTÍN, María. Patrulha moralista persegue colégio do Rio e boicota trabalho sobre identidade de gênero: informação falsa, amplificada por Eduardo Bolsonaro, fez escola mudar tema de apresentação. Professora teve celular divulgado e chegou a receber ameaças. **El País**. Rio de Janeiro. 26 nov. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2JKLQ11>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

MATUOKA, Ingrid. Professor de Alagoas é perseguido por abordar identidade de gênero e diversidade sexual na escola. **Centro de Referências em Educação Integral**. [S.l.]. 18 set. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2hcAB4K>>. Acesso em 28 abr. 2018.

MEYER, Dagmar Estermann. Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 57, n. 1, p.13-18, jan./fev. 2004. Disponível em: <<https://bit.ly/2ldRqV2>>. Acesso em: 01 maio 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Direito & Práxis Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2ldgZOd>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Soc. estado.**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-748, dez. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2rgWsNy>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

RIBEIRO, Vera Masagão. Apresentação. In: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Orgs.). **A Ideologia do Movimento Escola Sem Partido**. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 5-8.

ROSADO-NUNES, Maria José. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p. 1237-1260, jul./set. 2015.

[1] Em 22 de março de 2017, a lei 7.800/2016 do Estado de Alagoas foi suspensa pelo então ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso. A lei criava o programa “Escola Livre”, inspirado no programa do MESP, prevendo punição para professoras e professores que induzissem ou impusessem opiniões político-partidárias, religiosas ou filosóficas às alunas e alunos (GOMES, 2017).

[2] Ainda que com variações de acordo com o nível de ensino observado, professoras mulheres compõem 79,96% do corpo docente da educação básica brasileira. Apenas no nível superior é que a proporção se inverte, havendo maioria de professores homens – aspecto este que não pode ser ignorado, considerando as vultosas diferenças entre a remuneração e a valorização social de cada contexto (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA [INEP], 2018).